

O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PAULISTA: O CINEMA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM

Marcilene Rosa Leandro MOURA*

RESUMO: Este texto é parte de pesquisa desenvolvida em escolas de Ensino Médio da rede pública estadual localizadas na cidade de Sorocaba/SP e tem como finalidade observar e problematizar a proposta de situações de aprendizagem apresentadas pelo Projeto Educacional O Cinema vai à Escola: o uso da linguagem cinematográfica na educação, da SEE/SP, que busca promover, por meio de produções cinematográficas, o desenvolvimento de competências e habilidades, necessárias para a formação dos educandos. As relações e mediações entre o Projeto Educacional e a formação dos alunos têm como uma de suas determinantes a legislação educacional nacional aprovada em meados dos anos de 1990 que objetivou atender às determinações dos documentos produzidos por agências multilaterais como a UNESCO e o Banco Mundial que entendiam ser primordial para o desenvolvimento dos países periféricos a consolidação de uma educação voltada para o mundo do trabalho por meio do “aprender a aprender”. Com o processo investigativo desenvolvido, é possível afirmar que o trabalho educativo proposto por meio de imagens cinematográficas na perspectiva indicada pelo referido projeto e considerando as diretrizes constantes no currículo paulista valoriza o desenvolvimento de competências úteis e necessárias ao mundo do trabalho em detrimento de uma formação “omnilateral”.

PALAVRAS-CHAVE: Prática Educativa. Currículo. Reformas Educacionais. Aprender a Aprender. Cinema e Educação.

* Doutora em Educação. UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Educação. Sorocaba – SP – Brasil. 18055-029 - mouramarci@hotmail.com.

Introdução

Considerando as mudanças ocorridas na educação brasileira, consolidadas a partir das Reformas Educacionais promovidas pelo Governo Federal em meados dos anos 90 do século passado, que atende às determinações explicitadas nos documentos produzidos na Conferência Mundial sobre Educação para Todos¹ e no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (Relatório Delors)² que propõe a consecução de uma educação que atenda as demandas do mundo contemporâneo por meio da pedagogia do “aprender a aprender” também conhecida como pedagogia das competências, o texto em questão discute como esta política educacional encontra-se disseminada no Projeto O Cinema vai à escola – o uso da linguagem cinematográfica na educação que integra uma série de ações propostas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo a partir da implementação do Currículo oficial do Estado no ano de 2008.

O referido Projeto educacional, voltado para alunos do Ensino Médio da rede pública estadual, busca, em síntese, promover por meio da exibição de produções cinematográficas diversas o desenvolvimento de competências e habilidades, particularmente a leitora e a escritora, na perspectiva de fornecer aos estudantes do Ensino Médio uma educação que promova a mobilização de recursos cognitivos e conhecimentos necessários para atender as demandas sociais, tendo em vista as mudanças do mundo contemporâneo.

Convém esclarecer que, de acordo com o Currículo do Estado de São Paulo as competências caracterizam modos de ser, de raciocinar e de interagir, considerando individualmente recursos cognitivos, afetivos e sociais dos alunos, numa escola onde o professor indique o que

¹ A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que contou com a participação de 155 países, ocorreu no ano de 1990 em Jomtien na Tailândia e foi patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Banco Mundial (BM), tendo como objetivo insuflar o compromisso mundial de educar os cidadãos de todo o mundo.

² A Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI foi convocada em novembro de 1991 pela Conferência Geral da UNESCO com o objetivo de discutir assuntos relacionados à educação, resultando no documento denominado “Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI”, também conhecido como Relatório Delors.

o aluno deve aprender e não aquilo que ele vai ensinar. As competências podem então ser definidas como um conjunto de habilidades que harmonicamente desenvolvidas possibilitam às pessoas desempenhar várias atividades ao longo de sua vida. Já as habilidades estão associadas ao saber fazer e estão intrinsecamente ligadas às competências. O Currículo do Estado de São Paulo, ao priorizar em seus projetos o desenvolvimento das competências e habilidades leitora e escritora, justifica tal escolha tendo como argumento que considerando que vivemos em uma cultura letrada, a competência de ler e de escrever é parte integrante da vida das pessoas e esta intimamente associada ao exercício da cidadania, mas que não é apenas o domínio técnico da língua legitimada pela norma padrão que deve ser desenvolvida e sim a competência comunicativa vista pelo prisma da referência do valor social e simbólico da atividade linguística.

A conferência de Jomtien, o Relatório Delors e a política educacional brasileira

As discussões acerca da necessidade de se escolarizar a população tornam-se, no final do século passado, requisito básico para atender as demandas postas pelo setor produtivo. Essa concepção de educação foi amplamente discutida na Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada na Tailândia em 1990, onde se elabora um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, entendidas como um empreendimento a longo prazo. Desse modo, crianças, jovens e adultos devem ter condições de aprender a ler, escrever, se expressar oralmente, fazer cálculos e solucionar problemas, tendo acesso aos conteúdos básicos de aprendizagem – habilidades, valores e atitudes – de forma que possam viver e trabalhar com dignidade, além de continuar aprendendo.

A referida Conferência, patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Banco Mundial, contou com a participação de 155 países e promoveu discussões sobre os encaminhamentos necessários na área educacional, constituindo-se um marco reordenador das políticas educacionais para os países em desenvolvimento, relativizando o dever do Estado para com a educa-

ção e atribuindo a todos os setores da sociedade a tarefa pela manutenção desta (PERONI, 2003).

Dividida em 10 artigos e complementada com um Plano de Ação, a Declaração defende a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e apresenta dados sobre a falta de acesso e permanência à educação, e conseqüentemente, a ausência de habilidades e conhecimentos necessários para a adaptação dos indivíduos às mudanças sociais, culturais e tecnológicas do novo milênio (UNESCO, 2006).

Depois de participar da realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1990, a UNESCO propõe a constituição de uma comissão, que promoveu entre 1993 e 1996, uma série de encontros e debates relativos à educação.

O resultado destas discussões é o documento “Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI” – também conhecido como Relatório Delors – que define a educação como “um trunfo indispensável à humanidade” contribuindo decisivamente para o recuo da “pobreza, exclusão social, as incompreensões, opressões e as guerras [...] com especial responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário” (DELORS, 1999, p. 11).

Segundo o Relatório Delors que apresenta um capítulo dedicado aos quatro pilares da educação – aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser – princípios educacionais que norteiam a educação ideal para o Século XXI, cabe à educação, implantada de forma flexível e diversificada, potencializar o talento e a criatividade de cada um, já que este se tornará responsável pela execução de seu projeto de vida.

Com a realização de uma série de eventos promovidos pelas agências internacionais, visando ampla discussão sobre investimentos e priorização da educação básica, o governo brasileiro inicia a implantação de uma nova política educacional. Neste sentido, a reforma da educação escolar passa então a priorizar a formação básica da classe trabalhadora que será preparada para a cidadania e para o trabalho (FALLEIROS, 2005).

Buscando se adequar ao novo contexto mundial e atender às demandas do mercado de trabalho e também às orientações dos documentos produzidos por agências internacionais o Estado brasileiro elaborou, no plano educacional, o Plano Decenal de Educação para

Todos – base para a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação para Todos, realizada em 1994 em Brasília-DF. Ainda como desdobramento dessas propostas, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, que apresentam como orientação básica a necessidade de se desenvolver nos alunos habilidades e competências de caráter geral - em detrimento de disciplinas e conteúdos -, por meio de um conjunto de definições sobre princípios, fundamentos e procedimentos circunscritos às denominadas pedagogias ativas capacitadoras da adaptação do educando às novas condições determinadas pelo mercado de trabalho.

Depois da elaboração de uma nova legislação nacional, é a vez das Secretarias Estaduais de Educação iniciarem a materialização destes documentos e, também, principiarem as discussões para a organização de “propostas curriculares” que conseqüentemente se constituirão como um currículo definindo o que efetivamente dever ser “ensinado e aprendido” nas escolas. Esta discussão estará presente no tópico a seguir, onde apresento a Proposta Curricular do Estado de São Paulo.

A proposta curricular do estado de São Paulo e o projeto “O cinema vai à escola”

Em agosto de 2007, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Educação – SEE/SP – lançou um amplo Plano de Ação composto por 10 metas a serem alcançadas até o ano de 2010 (SÃO PAULO, 2007). Todas as medidas anunciadas tinham por objetivo principal a melhoria da qualidade do ensino público paulista e conseqüentemente o aprendizado dos educandos.

As metas do referido Plano de Ação buscavam: erradicar o analfabetismo em crianças de até 8 anos de idade, oferecer no Ensino Fundamental, nove anos de escolaridade, reduzir em 50% as taxas de reprovação tanto no ano final do Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio, implantar programas de recuperação para alunos das séries finais do Ensino Fundamental e Médio, buscando minimizar as dificuldades destes alunos, atender a demanda de jovens e adultos por Ensino Médio e incluir nesta modalidade o Ensino Profissionalizante, implantar um programa de formação de professores e toda a equipe

gestora das unidades escolares além de instalar laboratórios de informática e de ciências, investir em infra-estrutura com a construção/reformas de quadras esportivas nas unidades escolares e também instalar circuito interno de TV no sentido de garantir a segurança dos alunos (SÃO PAULO, 2007).

No ano seguinte, em 2008, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da SEE, buscando atender o cumprimento das 10 Metas do Plano de Ação para a Educação, apresentou uma nova Proposta Curricular para o Ensino Fundamental e Médio, sendo que em 2009 esta proposta se torna efetivamente currículo oficial, tendo como um dos princípios centrais o currículo como espaço de cultura.

A apresentação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo está dividida em dois tópicos: Uma educação à altura dos desafios contemporâneos e Princípios para um currículo comprometido com o seu tempo. Este segundo tópico apresenta os seguintes itens: I) Uma escola que também aprende; II) O currículo como espaço de cultura; III) As competências como referência; IV) Prioridade para a competência da leitura e da escrita; V) Articulação das competências para aprender e VI) Articulação com o mundo do trabalho. Assegura ainda que esta iniciativa procura “garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências, para que nossas escolas funcionem de fato como uma rede” priorizando a competência de leitura e escrita (SÃO PAULO, 2008a).

A Proposta Curricular faz menção também à necessidade da articulação da educação com o mundo do trabalho, reforçando a necessidade da alfabetização tecnológica básica, no sentido de preparar os alunos para a inserção num mundo em que a tecnologia está cada vez mais presente na vida das pessoas e também da compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos da produção de bens e serviços necessários à vida (SÃO PAULO, 2008a).

Para pôr em prática este novo currículo a SEE/SP inicia um Programa denominado “Cultura é Currículo” composto por uma série de ações e projetos que pretendem contribuir para a construção de uma escola pública de melhor qualidade. Compondo este Programa está o Projeto “O Cinema Vai à Escola”, que utiliza a linguagem cinematográfica na educação. De acordo com informações constantes no site da SEE/SP, com este projeto pretende-se

[...] facilitar o acesso dos alunos a produções cinematográficas que contribuam para a formação crítico-reflexiva do jovem e do adulto, a ampliação do seu repertório cultural, o desenvolvimento da sua competência leitora e o diálogo entre o currículo escolar e as questões socioculturais mais amplas (SÃO PAULO, 2015).

O Projeto iniciado no ano de 2008 é destinado às escolas de Ensino Médio da rede pública estadual, organizadas pelas Diretorias de Ensino da Capital, Coordenadoria de Ensino do Interior – CEI e pela Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo – COGSP. Considera que é importante que a educação escolar ofereça aos alunos a possibilidade de conhecer e aprender por meio da linguagem cinematográfica, compreendendo que sua utilização enquanto uma prática educativa “facilita significativamente o diálogo entre os conteúdos curriculares e os conhecimentos mais gerais”. Contribuindo de forma decisiva “para o desenvolvimento da compreensão crítica do mundo e das novas tecnologias” (SÃO PAULO, 2015).

Define como um objetivo geral para a realização do projeto o acesso de alunos e professores à produção cinematográfica, considerando fundamental que os alunos possam:

Conhecer a linguagem cinematográfica como mais um elemento constitutivo de sua formação; analisar produções cinematográficas, estabelecendo o diálogo entre a narrativa do cinema, os conhecimentos adquiridos ao longo da escolaridade básica e dos demais conhecimentos; Incorporar a arte do cinema ao seu repertório cultural, ampliando, assim, sua potencialidade no exercício de uma postura crítica e reflexiva na vida e no trabalho (SÃO PAULO, 2015).

Este tipo de atividade, por sua versatilidade e por apresentar, por meio de universos reais e fictícios, valores individuais e coletivos, possibilita também o diálogo entre várias disciplinas e diversos tipos de expressões culturais como o teatro, a dança, a música e as artes plásticas, valorizando a intersecção entre educação e cultura.

Para a realização do Projeto, as unidades escolares receberam materiais de apoio didático – Caderno de Cinema do Professor Um, Dois, Três e Quatro e vídeo explicativo – com o objetivo de subsidiar o trabalho do professor em sala de aula.

Os Cadernos de Cinema do Professor – Um, Dois, Três e Quatro – apresentam informações didático-metodológicas e orientações técnicas sobre a linguagem cinematográfica, além de textos produzidos por especialistas e entrevistas realizadas com cineastas, trazendo ainda, uma ficha técnica com “informações gerais sobre a produção, créditos dos realizadores, elenco, sinopse do filme e curiosidades” e um roteiro que apresenta sugestões de atividades para o trabalho com o filme (SÃO PAULO, 2008b, p. 9).

Este roteiro apresenta as possibilidades de áreas e disciplinas curriculares que podem realizar o trabalho pedagógico bem como temas e assuntos que podem ser abordados antes e depois da apresentação do filme, valorizando a prática do debate e o trabalho com temas transversais, buscando sempre o desenvolvimento de habilidades e da competência leitora e escritora (SÃO PAULO, 2008b).

O Vídeo explicativo, produzido especialmente para a realização deste projeto, “[...] aborda a linguagem cinematográfica, seus códigos e artifícios, com o intuito de apurar o olhar reflexivo do aluno espectador.”, favorecendo a utilização da linguagem cinematográfica na escola, possibilitando aos alunos a aprendizagem de uma das principais linguagens da cultura contemporânea (SÃO PAULO, 2015).

Além deste material que dá suporte ao trabalho do professor, foi enviado às escolas duas caixas contendo um total de 41 filmes em DVD. Para a escolha dos filmes, a SEE/SP, por meio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE – além da reconhecida qualidade estética e a sua possibilidade de estabelecer “[...] relações significativas com objetos do conhecimento de áreas curriculares e sua capacidade de provocar leituras e reflexões críticas sobre o mundo” realizou estudos e pesquisas com alunos e professores da rede pública do Ensino Médio e especialistas em cinema e educação, concluindo, ao final deste trabalho, que os filmes deveriam versar sobre os seguintes temas: ética e cidadania, pluralidade cultural, meio ambiente; sexualidade; educação; drogas; violência; história; preconceito; conflitos da adolescência; trabalho, consumo, reflexões sobre a realidade, saúde e qualidade de vida (SÃO PAULO, 2015).

Com estes materiais, a SEE/SP entendia ser possível iniciar nas escolas um trabalho educativo diferenciado, executando de forma efetiva a discussão de temas transversais e também do trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, levando o aluno não apenas à um novo

entendimento da sétima arte, mas fundamentalmente desenvolver de forma eficiente a competência leitora e escritora.

Observa-se que o trabalho com produções cinematográficas, se pauta pela necessidade de se desenvolver nos alunos do ensino médio habilidades e competências, corroborando as discussões apresentadas anteriormente nos documentos das agências multilaterais, como por exemplo no Relatório Delors, que trata do “aprender a aprender”.

Diante desta situação, trago a afirmação de Duarte (2004, p. 5), que nos diz que “As pedagogias centrada no lema aprender a aprender são antes de mais nada pedagogias que retiram da escola a tarefa de transmissão do conhecimento objetivo, a tarefa de possibilitar aos educandos o acesso à verdade”, ou seja, desvalorizam a transmissão do saber objetivo e descaracterizam o papel do professor, podendo ser considerada como “um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população em detrimento de uma formação plena dos indivíduos.” (DUARTE, 2004, p. 9).

O Relatório Delors, base da elaboração da legislação educacional brasileira e também do currículo da escola paulista, apresenta a educação como responsável pela transmissão, de forma eficaz, de saberes que contribuam para que o indivíduo possa se adaptar à civilização cognitiva, organizando-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais: aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser.

Para Cammarano González (2006, p. 127) os quatro pilares revelam

[...] no aprender a conhecer, um conhecimento que se circunscreve à compreensão do mundo, necessária para que cada indivíduo se adapte ao mundo; enquanto o aprender a fazer requer o repensar a idéia de um indivíduo cindido no plano cognitivo e no plano prático; planos estes que pareceriam se articular diante da presença do aprender a viver e de aprender a ser.

Sobre o aprender a fazer, Cammarano González (2006) assinala que este saber está relacionado com a formação profissional, intrinsecamente ligada ao aprender a viver juntos, com a descoberta do outro, a resolução de problemas de forma pacífica, a realização de projetos comuns. E, portanto, para que todo este processo ocorra de forma eficaz é necessário que o indivíduo também aprenda a ser, conhecendo a si mesmo.

Carvalho (2006, p. 247, grifo do autor) alerta que

O discurso da pedagogia das competências, embora anuncie a liberdade e a cidadania como supostos, materializa políticas e práticas educativas que reforçam as desigualdades sociais e a alienação. [...] contribui para a desumanização dos processos educativos, pois o que anuncia é o predomínio de uma razão instrumental a orientar os processos formativos e as práticas educacionais, a ênfase no desenvolvimento de *competências e habilidades* para o trabalho alienado, o discurso da empregabilidade e da laboralidade, não deixando espaços para uma educação que propicie a humanização das relações sociais. Sua cidadania pressupõe um indivíduo abstrato e sem história, exposto a um processo de socialização conduzido pelo fetichismo da mercadoria, tornando-se espaço de constituição de um ser social adaptado e submisso, acentuando-se assim, o processo de reificação do ser social.

Carvalho (2006) lembra que estas discussões acerca da noção de competências ocorreram por conta das modificações nas relações entre capital-trabalho e que a chegada da noção de competências na escola se deu a partir de um profundo processo de redefinição pedagógica na Europa, durante a década de 1980 do século passado. Neste sentido, o discurso das competências passa a dar importância às particularidades individuais e às suas diferenças em detrimento do princípio de igualdade, sendo mais efetiva no atendimento da nova organização do trabalho no capitalismo global do que em princípios de humanização dos indivíduos.

Considerações finais

Tendemos a concluir que a partir das reformas educacionais ocorridas na legislação educacional nacional a partir de meados dos anos de 1990 que culminaram com a elaboração e implantação de uma nova proposta curricular para o Estado de São Paulo, a escola passou a ser um espaço aglutinador de pessoas que devem aprender a ser, fazer, conhecer e viverem juntas.

Vale aqui considerar que todas as atividades propostas com os alunos após a apresentação dos filmes se pauta pela necessidade de se desenvolver nos alunos do ensino médio habilidades e competências, particularmente a leitora e a escritora corroborando as discussões apre-

sentadas anteriormente nos documentos das agências multilaterais, como por exemplo o Relatório Delors, que trata do “aprender a aprender”.

Convém esclarecer que César Coll, por exemplo, como a finalidade última da educação numa perspectiva construtivista. Para este autor é com o “aprender a aprender” que o aluno terá a possibilidade de desenvolver aprendizagens significativas por si mesmo, de forma criativa que contribuam para a adaptação dos indivíduos às exigências da sociedade contemporânea. Para Newton Duarte, o “aprender a aprender” é um lema que valoriza uma concepção educacional voltada para a formação da capacidade de adaptação dos indivíduos não no sentido de superar a sociedade capitalista.

Observa-se ainda que todo o currículo apresentado pela SEE/SP para as escolas da rede pública do Estado de São Paulo está amparado no desenvolvimento de habilidades e competências que serão úteis no mundo do trabalho e que possibilitarão que estes jovens se adaptem às novas demandas de um mundo em constante mudança sempre de forma produtiva, mantendo as relações sociais de dominação de forma naturalizada, em detrimento de uma formação humana genérica que busque a emancipação dos indivíduos para a superação destas relações capitalistas de dominação.

CURRICULUM OF SÃO PAULO STATE EDUCATION: THE CINEMA AS A LEARNING TOOL

ABSTRACT: *This paper represents part of research carried out in high schools of public schools located in the city of Sorocaba/SP and is intended to observe and discuss the proposed learning situations presented by the Educational Project “Cinema Goes to School: use of film language in education”, the SEE/SP, which seeks to promote film productions through the development of skills and abilities, necessary for the formation of students. Relations and mediations between the Educational Project and the training of students have as one of its defining national educational legislation passed in the mid 1990s that aimed to meet the determinations of the documents produced by multilateral agencies such as UNESCO and the World Bank who understood be paramount to the development of the*

peripheral countries to consolidate an education for the world of work through “learning to learn”. With the investigative process developed it can be said that the educational work proposed through cinematic images from the perspective indicated by this project and considering the guidelines contained in the São Paulo curriculum values the development of useful skills and necessary for the world of work rather than a omnilateral education.

KEYWORDS: *Educational Practice. Curriculum. Educational reforms. Learning to learn. Cinema and Education.*

REFERÊNCIAS

CAMMARANO GONZÁLEZ, J. L. Sobre a educação para além do capital. In: ALVES, G.; CAMMARANO GONZÁLEZ, J. L.; BATISTA, R. L. **Trabalho e Educação:** Contradições do Capitalismo Global. Maringá: Práxis, 2006. p. 115-145.

CARVALHO, C. As políticas educacionais para o Ensino Médio e sua concretização na instituição escolar. In: ALVES, G.; CAMMARANO GONZÁLEZ, J. L.; BATISTA, R. L. (Org.). **Trabalho e educação:** contradições do capitalismo global. Maringá: Práxis, 2006. p. 213-254.

DELORS, J. (Org.). **Educação um tesouro a descobrir:** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DUARTE, N. **Vigotski e o aprender a aprender:** crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

FALLEIROS, I. Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 209-235.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Cultura é currículo.** Disponível em: <<http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/programa.aspx>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo:** Educação Física. São Paulo: SEE, 2008a.

_____. **Caderno de Cinema do Professor:** um. São Paulo: FDE, 2008b. Disponível em: <http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/administracao/Anexos/Documentos/320090708123630caderno_cinema1_web.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

. **Plano de Educação de São Paulo.** 2007. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/fi/download/planoeducacao.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2007.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 19 ago. 2006.

